

7. *Evolução da Educação no Brasil*

*1º Sgt Cav Rodrigo Muller Moraes*¹

RESUMO

A educação no Brasil passou por várias transformações ao longo de mais de um século de história, sofrendo influencia dos mais variados movimentos sociais e políticos ocorridos no mundo, além do mais, buscou-se adequar a mesma as necessidades brasileiras uma vez que nosso País apresenta extensões continentais refletindo assim, grandes diferenças culturais e socioeconômicas. Não bastasse tudo isto, a globalização e o avanço da tecnologia trouxeram inúmeros desafios a serem superados para atingir um aproveitamento satisfatório em nosso processo de ensino-aprendizagem.

Palavras Chaves: Evolução - Transformação - Inovação

INTRODUÇÃO

O tema educação sempre desperta um grande interesse de todos, pois, através des-

ta, estarão sendo formados os futuros cidadãos e tal interesse é verificado quando notamos a evolução do processo educacional ao longo dos anos, buscando sempre atender as necessidades do Brasil e também dos alunos.

DESENVOLVIMENTO

Pouco se sabe sobre a educação do Brasil ao longo do período Pré Colonial, porém alguns pontos são notáveis, entre estes podemos citar que a educação dos índios se dava ao longo da vida, mesmo depois de adultos. O processo educacional não era dividido por classes e não havia uma programação a ser seguida e todos tinham acesso à educação, sendo que a única diferença estava na distribuição do que aprendiam de acordo com o sexo.

EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

A história da educação no Brasil começou em 1549 com a chegada dos primeiros

1º Sargento de Cavalaria, Coordenador de turma na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA). Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco (2012) e Curso Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio São Gabriel (1996).

padres jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega, marcando o início “formal” da História da Educação no Brasil, desenvolvendo o chamado ensino com catecismo, sendo que os primeiros alunos eram os curumins (filhos de índios) e os órfãos portugueses trazidos pelos jesuítas e o ensino se restringia somente aos meninos.

A educação dos jesuítas no Brasil Colônia seguia basicamente as disciplinas associadas ao *Trivium*, o qual incluía a gramática, a lógica e a retórica, desta forma contrapunha-se ao modelo de ensino que se desenvolvia em outros países da Europa, causando assim um descontentamento nas autoridades portuguesas da época.

Em 1759, Marquês de Pombal, o então Primeiro-Ministro expulsa os jesuítas do Brasil, representando a destruição do único sistema de ensino existente no país, surgindo a partir de então às aulas régias onde cada disciplina possuía professor único e as matérias não se articulavam uma com as outras, desta forma, o ensino passou a ser disperso e fragmentado. Porém, esta prática constituiu a primeira experiência de ensino promovido pelo Estado na história brasileira.

Em 1808 a vinda da Família Real para o Brasil trouxe grandes transformações para o campo educacional, D. João VI refundou a academia militar (atual Academia Militar das Agulhas Negras), criou duas escolas de medicina, transferiu a Biblioteca Real para o Brasil (atual Biblioteca Nacional), apesar de tudo infelizmente não se conseguiu implantar um sólido sistema educacional nas terras brasileiras.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO IMPERIAL

Este período histórico foi determinado pelas transformações ocorridas no século XVIII desencadeadas a partir da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, estes movimentos influenciaram as transformações da época no campo da educação.

Com o objetivo de melhorar o sistema educacional, no ano de 1823 é criado no país o chamado Método Lancaster (Método

do do Ensino Mútuo) no qual um aluno já treinado ensinava a grupos de até dez alunos, sob a vigilância de um professor-inspetor. No ano de 1824 foi outorgada a primeira Constituição do Brasil e a mesma preconizava que a instrução primária deveria ser gratuita para todos os cidadãos. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e implantou-se no Brasil a disciplina de Geografia com o objetivo de preparar os estudantes para zelarem pela integridade geográfica do país.

O período imperial no Brasil, apesar de propostas interessantes não fez surgir nada de concreto na educação brasileira, uma prova disto, ratifica-se quando se verifica o baixo número de alunos matriculados nas escolas no final do período imperial.

Educação no Brasil no Período da Primeira República (1889 - 1929)

Com a promulgação da primeira Constituição da República em 1891, a União passou a ser responsável somente pela Educação no Distrito Federal (então, o Rio de Janeiro), cabendo aos estados e municípios à oferta de ensino. Nesta época a educação sofria forte influência positiva de Benjamin Constant, o qual pregava a lacidade do ensino como também a gratuidade da escola primária.

Este período da História é marcado por grandes mudanças na educação devido ao desenvolvimento da indústria mundial e pela transição da força de trabalho escrava pela assalariada no Brasil, além disso, podemos citar outros importantes movimentos da época como a Revolução Russa, a Primeira Guerra Mundial e a queda da bolsa de Nova York.

A inserção do ensino de Ciências na escola deu-se no início do século XIX durante a expansão da Revolução Industrial, pois os cientistas passaram a ser mais valorizados e a tecnologia foi socialmente institucionalizada. Notadamente nos anos de 1930, estão concentradas mudanças substanciais de reformas na educação, entre as quais é possível citar a criação do Ministério da Educação (MEC) e os estudantes passaram a ser divididos em sala e por faixa etária.

Na década de 20 a ideia de uma educação para todos ganhou força, principalmente com o movimento chamado Escola Nova, o qual defendia a escola pública e laica, igualitária e sem privilégios, tal movimento ganhou força em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no modelo capitalista de produção e esta nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Seguindo esta tendência a Constituição de 1934 dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, nesta mesma época foi criada a Universidade de São Paulo.

A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

A Constituição de 1937 enfatizou o ensino pré-vocacional e o ensino profissional. A visão era de que havia grande necessidade de uma maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado, manteve-se a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, porém, durante este período a educação não foi assunto muito relevante, inclusive algumas conquistas do movimento renovador foram enfraquecidas.

O governo não possuía infraestrutura necessária para a implantação do ensino técnico - profissional, ocorreu, então, a criação de um ensino paralelo em convênio com as indústrias, um exemplo disto ocorreu em 1938 com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA (1946 - 1963)

A Constituição de 1946, na área da Educação, dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação. Além disso, fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos, além de se criado

na época o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Entre os anos de 1950 e 1960 a política brasileira foi caracterizada pelo chamado populismo, surgiram nesta época vários movimentos pela educação popular. Em 1961 teve início uma campanha de alfabetização dirigida por Paulo Freire, este programa buscava uma maior conscientização do aluno, levando-o a entender sua situação de oprimido e possibilitando ao mesmo a capacidade de "ler o mundo" para transformá-lo.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 introduziu a disciplina de OSPB (Organização Social e Política do Brasil), com o objetivo de que os estudantes conhecessem melhor a legislação.

A EDUCAÇÃO PÓS-64

A educação no Brasil durante os Governos Militares assumiu um novo papel, pois se definiu que a formação técnica profissional seria a ideal para a educação brasileira.

A Constituição de 1967 promoveu duas alterações importantes na política educacional brasileira, primeiro, desobrigou a União e os Estados a investirem um mínimo na educação, alterando o que havia sido previsto na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, além disto, foi introduzida no País a Educação Tecnista, a qual se encontrava baseada nos ideais de racionalismo e no avanço da industrialização no Brasil.

Outra mudança relevante na educação neste período foi o acordo MEC/ USAID (1968), o qual foi firmado entre Brasil e Estados Unidos tendo como maior reflexo uma renomeação dos cursos no País. Além disso, foram retiradas do currículo matérias consideradas obsoletas como Filosofia, Educação Política, Latim e incluiu a matéria de Educação Moral e Cívica. No mesmo ano foi criado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), o mesmo tinha como objetivo ensinar a todos a leitura e escrita conseguindo desta forma uma redução no índice de analfabetismo no País. O grande avanço da educação neste período se deu com a expansão

das universidades pelo País, acabando com os chamados “excedentes”, aqueles que desejam, mas não conseguem ingressar no Ensino Superior.

A partir de 1980 um novo método chamado de Alfabetização Científica ganhou evidência no Brasil, este buscava auxiliar na construção de uma consciência mais crítica em relação ao mundo que nos cerca, associada à capacidade de compreensão da ciência e da tecnologia.

Segundo (Chassot, 2000, p. 19) a Alfabetização Científica pode ser considerada como “o conjunto de conhecimentos que facilitarão aos homens e mulheres fazer uma leitura do mundo onde vivem”.

A EDUCAÇÃO A PARTIR DA NOVA REPÚBLICA

A Constituição Federal de 1988 trouxe alguns avanços sociais na área da educação como a garantia do acesso ao ensino gratuito e obrigatório, a gestão democrática do ensino público e a vinculação de impostos à educação.

No ano de 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçando alguns aspectos importantes evidenciados na Constituição de como a municipalização do Ensino Fundamental e contemplou a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em classes normais. No mesmo ano, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) mais tarde substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com o objetivo de financiar os projetos da educação no Brasil.

Com o objetivo de melhorar o processo educacional no País foi criado a partir de 1990 um sistema de avaliação do ensino no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tinha o intuito de verificar a qualidade, eficiência e equidade do ensino brasileiro.

Em 1998 criou-se o Exame Nacional do Ensino Nacional com o intuito inicial de

avaliar a qualidade do ensino nacional, atualmente o resultado do exame é utilizado como vestibular para a maioria das universidades brasileiras.

O Plano Nacional de Educação (2014) juntamente com a Nova Base Nacional Curricular (2017) traz as competências e habilidades que precisam ser desenvolvidas nos alunos de modo que os mesmos desenvolvam o senso crítico e se ponha fim na chamada educação polarizada.

No mundo contemporâneo os processos de aprendizagem evoluíram e o educador passa a ter o importante papel de facilitador, devendo haver uma constante interação na sala de aula, buscando com isto, a construção do conhecimento através do chamado Método Empírico valorizando as experiências vividas e apresentadas ao longo do processo educacional. Para isto, temos novas metodologias como a Cultura Maker, também chamada de aprendizagem mão na massa e a Gamificação, entre outras, onde o professor auxilia o aluno na construção de seu conhecimento, estimulando sua criatividade e fomentando sua autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o tema relativo à evolução da educação no Brasil implica em um grande desafio devido a sua complexidade em função das diversas mudanças ocorridas no cenário mundial e brasileiro. Porém, mesmo diante de tantas evoluções a educação contemporânea precisa se reinventar no intuito de atender as necessidades de aprendizagem do século XXI atraindo o interesse dos jovens e tornando a educação mais prazerosa, uma vez que não há mais espaço para a pedagogia tradicional.

Por fim, salientamos que o assunto sobre a evolução da educação no Brasil não se esgota aqui e também não há o interesse de limitar ou restringir tal estudo, pois é através destes estudos e pesquisas que teremos condições de atingirmos uma educação de qualidade, pois jamais devemos esquecer que a cultura é o ponto de partida de uma civilização.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação, São Paulo: Moderna, 1989.

CHASSOT, Attico Alfabetização Científica: Questões e Desafios para a Educação - 1ª ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

SILVA, E.O.C.; SANTOS, I.G. e ALBUQUERQUE, S.L, orgs. A história da educação em manuscritos, periódicos e compêndios do XIX e XX. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

Revista Educação. Base Nacional Curricular Comum. São Paulo: Edição 252. Ano 22; Out 2018.

REVISTA Nova Escola. Série especial: História da Educação no Brasil: De onde vem e para onde vai à escola brasileira, São Paulo: Edição 262; Jun 2013.

Revista Nova Escola. Mestres quase nobres História da Educação no Brasil, São Paulo: Edição 264; Ago 2013.

